

## **CARTA DA 52ª ASSEMBLEIA DA CESE**

### **“Cidade, Chão de Lutas e Resistências”**

*“Procurai a paz da cidade; e orai por ela ao Senhor, porque na sua paz, vós tereis paz” Jr 29.7*

Reunida em Assembleia nos dias 12 e 13 de junho de 2025, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, com suas igrejas associadas, a saber: Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Aliança de Batistas do Brasil, em conjunto com parceiros/as de organizações ecumênicas, vêm a público expressar seu compromisso pelo direito à cidade e defesa da casa comum.

Em articulação com os movimentos populares, a CESE abraça uma concepção ampla de cidade enquanto um espaço de contradições e disputas, mas também como um território vivo, transformador e de realidades múltiplas. Nesse sentido, entende como direito à cidade não apenas o simples acesso aos espaços urbanos, mas a garantia de estruturas democráticas e justas, que coloquem as necessidades coletivas acima da lógica excludente e das desigualdades historicamente construídas.

O direito à cidade não se faz sem luta! O diálogo com as experiências da Comissão de Articulação, Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Rede CAMMPI) e da Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Estado da Bahia- COOPERES, que são expressões concretas e presentes no contexto periférico de Salvador - BA, nos reforça a ideia de que a transformação dos espaços urbanos passa, necessariamente, pelos saberes, fazeres e participação popular.

A Rede CAMMPI é um espaço de mobilização e ação articulada de diversas organizações comunitárias da Península Itapagipana e tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Já a COOPERES atua com a geração de renda e trabalho a partir do importante segmento da reciclagem. Ambas experiências nos apresentam também os desafios inseridos no contexto urbano: os intensos efeitos das mudanças climáticas e o racismo ambiental; a ausência de políticas públicas que garantam mais segurança e fortalecimento econômico nos territórios; e a desvalorização e invisibilidade do trabalho de recicladoras/res na garantia da conservação ambiental e de cidades mais sustentáveis.

Mas é desse chão de lutas que brotam ânimos e esperançar: o protagonismo de lideranças comunitárias, especialmente das mulheres negras, que ressignificam os territórios como espaços de resistência, pertencimento e ancestralidade; a solidariedade e a articulação em rede que fortalecem essas lutas, onde as juventudes têm presença ativa e apontam para a continuidade do fazer comunitário; as ações de economia criativa e solidária; o papel fundamental das/os recicladoras/res na sustentabilidade das cidades; reivindicações por justiça socioambiental e climática no contexto urbano, entre outras ações que mostram que o direito à cidade exige ouvir e reconhecer quem a constrói e que nela resiste.

É a partir dessas realidades que, como cristãs e cristãos, somos provocadas/os a reforçar nosso compromisso com as pautas das lutas no contexto urbano, denunciando as violações de direitos, e

combatendo estruturas de desigualdades, como o patriarcado e o racismo - sobretudo o ambiental e o institucional. Destacamos também o papel essencial das/os recicladoras/res na garantia de cidades mais sustentáveis e sua importância para uma justiça socioambiental, voltada para o cuidado com a criação de Deus.

Neste momento, nosso testemunho comprometido nos impõe a instituir em nossas comunidades de fé práticas sustentáveis que levem ao Bem-viver na Casa Comum. Também assumimos profeticamente um posicionamento firme junto aos poderes públicos para a adoção e/ou fortalecimento de políticas públicas e mecanismos que garantam a valorização e remuneração justa dos recicladoras/res e a participação dos grupos/movimentos populares nos espaços de decisões para que haja, de fato, uma gestão democrática das cidades.

Como Igrejas e organizações baseadas na fé, a partir da nossa compreensão de respeito às diferenças e de valorização do protagonismo dos segmentos populares – que fundamentam nossa visão da diaconia ecumênica – temos o compromisso de ecoar essas vozes junto às comunidades religiosas e à sociedade em geral, para o engajamento nessas lutas por direitos e com destaque para a promoção de práticas que nos ajudem a salvaguardar a integridade da criação, sustentar e renovar a vida em nosso planeta.

“Sob as bênçãos e o sopro inspirador da Divina Ruah, sigamos dando testemunho de coragem e fé em nossa caminhada por vida digna e justa para todas as pessoas”.

52ª Assembleia Geral Ordinária da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

Salvador, 13 de junho de 2025